

# AS IMPLICAÇÕES MORAIS DO DARWINISMO

Earl Aagaard

A vida humana parece ter perdido sua dignidade e valor. Pergunte a um muçulmano na Sérvia, um ba'hai no Irã, ou um cristão no Sudão. Observe Jack Kevorkian facilitando o suicídio e sendo abraçado como um contribuidor sério e mesmo valioso à sociedade. A questão surge: O que é importante a respeito da natureza humana?

*Não podemos ser darwinistas e ao mesmo tempo manter a opinião bíblico-cristã de que a vida humana é sagrada.*

Tempo houve em que podíamos culpar de barbarismo, o pagão, o selvagem, ou os fanáticos. Nomes vêm à mente: Hitler, Ghengis Khan ou Pol Pot. Mas não estamos falando do passado. Estamos à beira do século 21. O conhecimento aumentou: astronautas cruzam o espaço; satélites circulam o globo trazendo informação de toda parte para todos os lugares em poucos momentos;

galáxias distantes são objetos de estudo; e genes dentro de nosso corpo são pesquisados em busca de uma chave para os mistérios da vida humana. Mas ainda resta a pergunta – simples, contudo muito profunda: Que há de especial em pertencer ao gênero humano?

Para muitos filósofos, incluindo alguns que se dizem cristãos, a resposta é cada vez mais, muito pouco. Com todo o conhecimento científico de hoje e o progresso técnico, uma visão completa do registro histórico, os seres humanos são ainda tentados a violar direitos humanos básicos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os julgamentos de Nuremberg expuseram o mal que se oculta no coração humano, e mostraram como a sociedade mais culta e civilizada pode chafurdar em esgotos morais, virtualmente apagando o significado espiritual de “humanidade”. As lições daquela guerra levaram as Nações Unidas a votar, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento afirmava a dignidade e igualdade de todo ser humano, exigindo que as sociedades civilizadas protegessem os fracos das agressões dos fortes. A declaração ainda está de pé. Por que, então, estamos falando de direitos humanos e dignidade?

## **O mito das origens**

A resposta pode ser achada na explicação científica aceita quanto à origem da vida e sua diversidade, uma explicação que deixa fora o Deus da Bíblia. Esta perspectiva é claramente exposta no livro de James Rachels, *Created from Animals: The Moral Implications of Darwinism* (Criado Como Descendentes de Animais: As Implicações Morais do Darwinismo, New York: Oxford University Press). O autor arrazoa como um adepto da evolução naturalista. Sua conclusão, fortemente documentada, é que o darwinismo subverte a doutrina da dignidade humana. Os seres humanos não ocupam um lugar especial na ordem moral; somos apenas outra forma de animal.

Esta opinião não é nova. Em 1859, o Bispo Samuel Wilberforce advertiu que o darwinismo era “absolutamente incompatível” com a opinião cristã da condição moral e espiritual do homem. A Igreja Batista do Sul dos Estados Unidos, em 1987, reafirmou a opinião de Wilberforce. Mas não há unanimidade entre os cristãos. Há um século Henry Ward Beecher, o pregador famoso, sugeriu que a perspectiva evolucionista realçava a glória da criação divina. O Papa João Paulo II está disposto a

aceitar o processo evolucionário como o meio usado por Deus para criar o corpo humano (mas não o “espírito”, o qual ele insiste que é objeto da criação imediata de Deus).

Mesmo os cientistas estão divididos nesta questão. Alguns (tais como Steven Jay Gould) dizem que o darwinismo e a religião não são incompatíveis, que uma pessoa pode ser ao mesmo tempo teísta e darwinista, enquanto outros (William Provine) afirmam que o darwinismo torna toda religião não só supérflua, mas insustentável.

Rachels argumenta (“Precisa um Darwinista ser Céptico?”) que a teleologia (direção e propósito) na Natureza é irrevogavelmente destruída pelo darwinismo. Sem teleologia, a religião precisa “retrair-se para algo como deísmo, ...não mais... apoiando a doutrina da dignidade humana” (pp. 127, 128). Este argumento é forte, e precisa ser refutado se um darwinista religioso quer resgatar o ensino bíblico de que os seres humanos são criados à imagem de Deus e ocupam um lugar especial na ordem divina. Como Rachels nos lembra: “A tese da ‘imagem de Deus’ não se enquadra com qualquer opinião teísta. Requer um teísmo que vê a Deus como ativamente planejando o homem e o mundo como um lar para o homem.”

Em “Quão Diferentes são os Seres Humanos dos Animais?” Rachels conclui que o darwinismo destrói qualquer fundamento para uma diferença moralmente significativa entre seres humanos e animais. Se o homem descende de símios por seleção natural, ele pode ser fisicamente diferente de símios, mas não pode sê-lo de modo essencial. Certamente não pode ser em qualquer aspecto que dê ao homem mais direitos do que a qualquer animal. Nas palavras de Rachels, “não se pode fazer distinções em moralidade onde nenhuma existe de fato”. Ele chama sua doutrina de “individualismo moral”, e rejeita “a doutrina tradicional da dignidade humana” junto com a idéia de que a vida humana tenha qualquer valor inerente que os seres humanos careçam.

### **Individualismo moral**

Em “Moralidade Sem Que os Seres Humanos Sejam Especiais”, Rachels trata primeiro da igualdade humana, e depois a rejeita! Os seres humanos podem ser “tratados como iguais” somente se não houver “diferenças notáveis” entre eles. Essas “diferenças notáveis” poderiam ser usadas para distinguir gêneros, raças, religiões e indivíduos. Aceitando conceitos darwinistas ele estende a análise aos animais, não admitindo superioridade humana automática sobre coelhos, porcos ou baleias. Sob “individualismo moral”, quando confrontado com o uso de um ser humano ou de um chimpanzé para um experimento médico letal, não mais podemos decidir a questão argüindo que o chimpanzé não é humano. “Teríamos de perguntar o que justifica usar este chimpanzé, e não aquele ser humano, e a resposta teria de ser em termos de suas características individuais, e não simplesmente por pertencerem a este ou àquele grupo” (p. 174).

Considerando o papel crucial de “diferenças notáveis” nesta ética, a gente procura alguma definição formal do termo. Rachels não dá nenhuma. Em vez disso obtemos “algo de como o conceito opera” num exemplo de testar cosméticos nos olhos de coelhos, e um palavreado difuso. Isto não é defesa contra o egoísmo e o mal que vemos em nós mesmos e em nossos semelhantes.

A experiência demonstra que qualquer norma moral fraca e relativista será torcida em qualquer forma que seja necessária para nos permitir fazer o que quisermos a nosso próximo. Há muitos exemplos: escravidão; perseguição racial e religiosa; um milhão de abortos por ano nos Estados Unidos; a epidemia de abandono, abuso e morte de bebês; leis que permitem suicídio assistido e eutanásia; expurgo étnico, etc. Precisamos ter uma norma clara de nossas obrigações para com todo

membro da família humana. Essa é a diferença entre moralidade e amoralidade. Não há terreno neutro.

### **Darwinismo e amoralidade**

A conexão entre darwinismo e amoralidade é agora explícita. Na *New York Times Magazine* de 3 de novembro de 1997, Stephen Parker escreveu sobre “psicologia evolucionista”. Ele nos diz que filósofos da ética concluíram que... nossos neonatos imaturos não possuem o direito à vida mais do que um camundongo”, e alega que “o infanticídio pode ser o produto de trauma maternal” visto “ter sido praticado e aceito na maioria das culturas através da história.” Ele assim liga o infanticídio diretamente a nossos ancestrais e à luta pela sobrevivência darwiniana, que por sua vez requer que as mães matem seus filhos a fim de promover seu futuro reprodutivo. Em artigos como este, aquilo que outrora era impensável é apresentado como razoável e aceitável. Estamos sendo amaciados para uma mudança na moralidade da comunidade – que mantém que alguns seres humanos merecem respeito e proteção, mas outros não, e podem ser mortos com impunidade. Podemos ver esse processo em operação hoje, nos pronunciamentos acadêmicos, e cada vez mais na mídia popular.

Há apenas 50 anos, toda nação, com voto das Nações Unidas, rejeitou este modo de pensar. A ética que emerge no Ocidente é um repúdio direto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu preâmbulo, a Assembléia Geral das Nações Unidas unanimemente (com oito abstenções) declarou que “o fundamento da liberdade, justiça e paz do mundo” é “o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana.” Nos próprios Artigos, achamos que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (Artigo 1); “Cada um possui todos os direitos e liberdades anunciadas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie” (Artigo 2); “Todos têm direito à vida, liberdade e segurança de sua pessoa” (Artigo 3); “Todos têm direito ao reconhecimento em toda parte como uma pessoa diante da lei” (Artigo 6); e “Todos são iguais diante da lei e têm direito sem nenhuma discriminação à igual proteção da lei” (Artigo 7). Esta linguagem não é equívoca; não pode haver confusão quanto a seu significado. Aceitar o que Rachels e Pinker estão oferecendo significa voltar as costas à sabedoria do passado.

Maturidade (e nossa segurança) exige reflexão honesta. Um sistema de ética baseado em relativismo moral sempre terminará com o forte no poder e o fraco debaixo de seu calcanhar. A filosofia darwinista, levada à sua conclusão lógica, não nos leva a parte alguma, e isso devia bastar para que a rejeitássemos. Talvez não devêssemos estar surpresos de ver os darwinistas abraçando uma filosofia tão cruel e utilitária, mas o que mais surpreende é o número de moralistas, filósofos e outros que se identificam como cristãos mas insistem que adoremos uma ética tão diferente da de Cristo.

O argumento a favor do relativismo moral é sutil à primeira vista. Frequentemente começa reafirmando a verdade biológica (e bíblica) de que somos humanos desde o momento da concepção. Mas, depois nos é dito que há uma diferença entre um “ser humano” e uma “pessoa”, e que “personalidade” é a categoria que um ser humano precisa alcançar a fim de ter direito à vida. As qualificações para “personalidade” variam – mas geralmente incluem a posse de consciência de si mesmo como condição necessária para ser uma “pessoa” com pleno status moral (por exemplo, ter o direito de não ser morto). Naturalmente nenhum ser humano nasce com consciência de si mesmo, e muitos de nós podemos perder a consciência, temporária ou permanentemente, devido a trauma, enfermidade ou idade.

O individualismo moral (ou a ética da “personalidade”) e a declaração das Nações Unidas dos Direitos Humanos colidem; são inteiramente incompatíveis. A Declaração das nações Unidas é fundada sobre

a tradição moral judaico-cristã – uma tradição que remonta a milênios. O “individualismo moral” pretende ser fundado na razão humana, e é expresso em afirmações que começam com: “Eu argumento...” “Eu vejo...”, ou “Eu sustento...”. O “individualismo moral” propõe que tanto os seres humanos como os animais devem ser julgados pelos mesmos critérios relativistas. Neste universo moral, seres humanos perderam seus direitos inalienáveis à vida, algo que os cristãos defendem na base da declaração: “Criou Deus o homem à Sua imagem: à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou” (Gênesis 1:27).

### **Tirado do pedestal**

Tirando os seres humanos do pedestal da dignidade sobre o qual a Bíblia os colocou tem implicações para todos, não somente para os pacientes em estado comatoso, os neonatos com defeitos, os velhos enfermiços, e outros diferentes de “nós”. Debajo da ética do “individualismo” não há princípio que impeça que uma raça classifique outras raças como não plenamente humanas e de escravizá-las ou eliminá-las. Não há princípio responsabilizando aqueles que procuram degradar os outros ao status de “não pessoas”. Não há princípio condenando os pais que recorrem a testes pré-natais para determinar o sexo de um feto e depois abortar se for menina. Não há princípio para impedir que uma sociedade determine que o pleno status humano não seja atingido antes dos 3 ou 4 anos, e de fundar centros para eliminar as “não-pessoas” indesejáveis. Não há princípio para impedir a clonagem de um indivíduo ou o uso do ser humano como um estoque de órgãos avulsos. Podemos recuar destas sugestões, mas a verdade é que quando abandonamos o imperativo bíblico de que a vida humana inocente é sagrada e não pode ser tocada, estamos todos debaixo de risco, porque quando os fortes dominam, “a força faz o direito”.

Quando moralistas cristãos chegam às mesmas conclusões que os darwinistas sobre nossas obrigações para com o nosso próximo, é tempo de pensar cuidadosamente. Deus nos criou, e Ele conhece o mal de que somos capazes. Por esta razão, Ele nos instruiu a tratar todos os seres humanos como dignos de respeito. Nem o “individualismo moral” nem a ética da “personalidade” são compatíveis com a interpretação tradicional das Escrituras, e isso deveria ser razão suficiente para rejeitá-los. Mas, além disso, para aqueles cuja fé é fraca, a história oferece muitas demonstrações de que antes de qualquer matança tem havido uma divisão da população em “nosso grupo” (protegido) e “os demais” (não protegidos) que torna permissível ir adiante com a matança. A maior parte dos moralistas relativistas não tem esta intenção. Estão simplesmente tentando criar uma base não dogmática, racionalista para um comportamento que eles julgam apropriado.

Creio que James Rachels tem razão em seu argumento: Uma pessoa não pode ser darwinista e manter de modo lógico a opinião tradicional de que a vida humana é sagrada. A pergunta mais imediata para os cristãos parece ser mais relevante: Pode uma pessoa crer que a vida humana não é sagrada e ainda ser cristão?

*Earl Aagaard (Ph.D., Colorado State University) é professor de biologia no Pacific Union College. Seu endereço postal: 3 College Ave., Angwin, California 94508. E-mail: [eaagaard@puc.edu](mailto:eaagaard@puc.edu)*

*Para artigos anteriores sobre este tópico em nossa revista, ver David Ekkens, “Animais e Seres Humanos: São eles iguais?” *Diálogo* 6:3 (1994), pp. 5-8, e James Walters, “É Koko uma pessoa?” *Diálogo* 9:2 (1997), pp. 15-17 e 34.*